

**COTIDIANO BELENENSE NO REGIME MILITAR: MILITARES,  
VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS (1970-1985).**

Carlos Eduardo dos Santos e Santos

Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia – Universidade  
Federal do Pará.

Mestrando Bolsista da CAPES/UFPA.

[carleduardo@ibest.com.br](mailto:carleduardo@ibest.com.br)

Militares no Poder: O Brasil na Direção do País.

No período de 1964-1985 o Brasil esteve sob a direção dos militares, o que desenvolveu uma série de mudanças que, de forma direta ou indireta, reorganizou a sociedade brasileira. Pois, como atesta Sônia R. Mendonça e Virgínia M. Fontes os movimentos ocorridos a partir de 1964 apresentam as seguintes características: 1) Participação do Estado na economia em especial à gestão e produção do sistema financeiro: torna-se o grande gerador e direcionador de grande parte das ações político-econômicas do país, limitando cada vez mais a participação dos grupos locais e/ou regionais aumentando o caráter centralizador do Governo Federal; 2) Extensão das atribuições do executivo: o poder executivo passa a concentrar e desempenhar funções que ora estavam a cargo de outras instâncias ou instituições; 3) Aparato repressivo: desenvolve-se nesta ocasião atos e órgãos governamentais com a justificativa de zelar pela segurança e manter a ordem combatendo, portanto, grupos que poderiam destruir as bases e toda a estrutura constituinte da sociedade; 4) Várias tentativas de legislação: como a ascensão política administrativa do governo deu-se através de um golpe, foram feitos vários atos e campanhas a fim de propiciar a sua legitimidade perante a sociedade e à comunidade internacional com mudanças realizadas em seus órgãos gestores e deliberativos, além dos atos institucionais que regulamentavam uma nova forma de atuação do poder executivo. (MENDONÇA & FONTES, 1996, p. 05-06).

Neste momento muitos grupos, classes e segmentos sociais tiveram suas idéias e ações cerceadas pelo governo, uma vez que elas, segundo Maria Hermínia Tavares de

Almeida e Luiz Weis expõem que o Regime identificava como seus opositores todos quantos, de forma direta ou indireta, contribuíam para o desgaste do governo, pois

“(…) ser de oposição incluía assinar manifestos, participar de assembléias e manifestações públicas, dar conferências, escrever artigos, criar músicas, romances, filmes ou peças de teatro; emprestar a casa para reuniões políticas, guardar ou distribuir panfletos de organizações ilegais, abrigar um militante de passagem; fazer chegar a imprensa denúncias de tortura, participar de centros acadêmicos ou associações profissionais.” (ALMEIDA & WEIS, 2006, p. 328).

Para isto o governo estabelece uma série de medidas criando e mobilizando diversas instituições, dentre elas as Forças Armadas composta pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, além das Forças Auxiliares como as Polícias Militares Estaduais. As primeiras destinavam-se à patrulha e segurança das fronteiras de ameaças externas à soberania nacional, enquanto que o segundo grupo destinava-se a preservar e manter a ordem pública; ambas visando a segurança de toda a sociedade.

Neste sentido as Forças Armadas tinham uma incumbência que zelava por toda a nação, sendo seu campo de ação o próprio país, enquanto as PMs atuavam de forma mais direta e clara no âmbito estadual, incluído por conseguinte a cidade ou um destacamento em particular,<sup>1</sup> quando se trata por exemplo de acompanhar e por vezes acabar com alguma manifestação contrária ao Governo.

O Regime Militar durante sua vigência, como afirma Daniel Aarão Reis, tivera vários momentos importantes que o constituiu e o fez perdurar por 21 anos, onde no início ele tinha grandes propostas sendo apresentado como Revolução, limitando as ações dos opositores, dando-lhes mínimas condições de agirem. Porém o governo perdera popularidade e legitimidade a partir da década de 1968-1970 com o aumento significativo dos abusos e cerceamentos indiscriminado das liberdades civis, implementando ações mais coercitivas e centralizadoras reeditando o mecanismo dos atos institucionais à medida que os questionamentos e denúncias de tais ações intensificavam. (REIS, 2004, p. 41).

A partir desta data, com o AI-05 e a tentativa de calar os opositores e dissidentes internos, deram início os “anos de chumbo”.<sup>2</sup> Já em 1970 com o chamado “milagre

---

<sup>1</sup> Um exemplo disto é a missão que desempenha a Polícia Militar do Pará no episódio da Guerrilha do Araguaia, na qual um contingente significativo foi destacado àquela localidade a fim de encerrar as ações destes guerrilheiros.

<sup>2</sup> Expressão oriunda do leste europeu para a designação de um período de radicalização política.

econômico”,<sup>3</sup> o Governo Federal readquiriu certa confiança da população, ganhara uma sustentabilidade reagrupando a ampla frente de forças de direita e de centro que sustentou a intervenção militar, agora em nome de uma eficiência, assim como uma modernização visível na sociedade. (Idem, p. 41).

Nos anos seguintes a 1974, a população brasileira deslocava-se rumo ao restabelecimento da democracia embora este não tenha sido linear e tranqüilo. O cenário internacional mudava; a Igreja Católica repensava seu posicionamento, estando agora contra o Regime Militar, assim como o de certos setores militares e civis; as esquerdas superaram desavenças, estando agora num caminho único (com consideráveis ressalvas), onde o Regime Militar apresentava seus últimos momentos de validade. (Idem, p. 44).

E estas ações nos levam a pensar a inserção dos militares e suas famílias no bojo das práticas repressoras do Governo, no qual nossa intenção é trabalhar esse grupo (segmento) a partir de experiências individuais e coletivas que os mesmos tiveram no período em questão. Nesse sentido, torna-se importante perceber as ações, relações, significados que o Regime Militar teve para os PMs, o que portanto, ultrapassa a esfera militar e adentra o âmbito cívil que coexistia em um mesmo indivíduo do segmento em questão.

Deste modo, se faz necessário analisar a vida, rotina, valores, idéias, momentos de lazer desses indivíduos, que apresenta uma relação direta com o grupo familiar do qual o indivíduo faz parte, pois poderemos perceber se alterou seu modo de vida, o cotidiano familiar, destacando a tensão entre justificar, legitimar, sustentar política e ideologicamente o Regime Militar e ao mesmo tempo viver numa sociedade marcada pela inexistência de liberdades democráticas. E entender um pouco deste contexto social de várias realidades que co-existiram é o que pretendemos. Busca-se ver o olhar daqueles responsáveis pela repressão, as experiências de ser um militar durante o Regime Militar.

### Regime Militar e Militares.

---

<sup>3</sup> Entende-se por “Milagre Econômico” o período de intenso crescimento econômico iniciado em 1970 a 1974, no qual o PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil cresceu acima de 10% ao ano, em média, apesar da constante e alarmante inflação e da grande concentração de renda, com redução dos salários, acentuação da desigualdade social e aumento da pobreza, com cerceamento às liberdades individuais associado à repressão política.

Nisto primeiramente fica claro que as ações dos militares, o “mundo militar”<sup>4</sup> apresenta uma particularidade que encontra-se balizado na Constituição de 1967 e Emendas de 1969 e mantido na Constituição de 1988: Hierarquia e Disciplina. Essa premissa possibilita uma visualização e compreensão do Brasil de forma particular percebida nas palavras do So (Sub-Oficial) Cruz Soares que diz:

“(…) E há uma grande diferença, né?! Assim... entre a convivência do militar no meio civil, porque dentro do quartel as coisas são as mesmas, tanto o que acontece no Rio (Rio de Janeiro), em São Paulo, em Brasília, que eu já servi também em Brasília, as coisas são as mesmas. Não há diferença nenhuma, dentro do quartel, por que é tudo baseado na hierarquia e na disciplina, e funciona assim: o mais antigo comanda e o subordinado, mais moderno obedece, dentro das regras, né? Se não for coisa absurda, o mais moderno obedece. Se for absurda, ele pede para que o mais antigo dê a ordem por escrito. Fora isso é cada um cumprindo sua tarefa e fim de papo”. (Entrevista de Sub-Oficial da Aeronáutica – Belém Fernando José da Cruz Soares. Belém-PA, quarta-feira, 09 de Setembro de 2009).

Nas palavras ditas pelo Sub-Oficial Cruz Soares atentamos para as especificidades do serviço militar, onde suas relações internas não diferem muito de um local para outro. Princípios como Disciplina e Hierarquia são fortemente reforçados, quando uma “*ordem absurda*” é dada não há um questionamento da mesma, o não cumprimento; ocorre a exigência de um documento que respalde àquele que fora incumbido de executá-la.

No estudo sobre os militares, Piero Leirner mostra que a hierarquia não é somente um pilar de início, mas de total organização das Forças Armadas, na qual determinam as ações e baseiam as

“(…) relações de comando-obediência, sistematizando a ação e a elaboração do conhecimento militar e mapeando o modo como as relações de poder devem estruturar-se. Além disso, ela determina o modo pelo qual o conhecimento e as informações são produzidos e circulados no interior da tropa.” (LEIRNER, 1997, p. 52).

#### Estrutura Hierárquica da Polícia Militar do Estado do Pará.

OFICIAIS					
Gestão	Planejamento	08 anos	CEL (Coronel)		Centro de Formação de Oficiais
		04 anos	TEN	CEL (Tenente Coronel)	
		04 anos	MAJ (Major)		
	Gerência	06 anos	CAP (Capitão)		
		03 anos	1º TEN (Primeiro Tenente)		
		02 anos	2º TEM (Segundo Tenente)		

<sup>4</sup> O termo “mundo militar” diz respeito à organicidade, relações e ações estabelecidas entre os membros desta instituição com outros patrícios, assim como relações estabelecidas destes com outras instituições e indivíduos.

PRAÇAS			
Assessoria	03 anos	SUB TEN (Sub Tenente)	↑ Cento de Formação de Soldados.
	03 anos	1° SGT (Primeiro Sargento)	
	04 anos	2° SGT (Segundo Sargento)	
	06 anos	3° SGT (Terceiro Sargento)	
Execução	05 anos	CABO	
	10 anos	SOLDADO	

Na tabela acima vemos a estrutura hierárquica da Polícia Militar do Estado do Pará fornecido e explicado pelo Capitão Ronaldo Braga Charlet, na qual verificamos a partir da esquerda para a direita a função dos respectivos Oficiais e Praças – duas grandes divisões entre os membros desta instituição.

Em seguida o tempo de serviço obrigatório naquela patente a ser cumprida pelo membro da referida instituição. A seguir temos a hierarquia propriamente dita com as seguintes patentes seguido pela possibilidade de ascensão hierárquica no cumprimento dos 30 anos de trabalho, na qual se pode chegar aos postos mais altos ingressando por meio de provas de promoção através dos Centros de Formação de Oficiais e Centro de Formação de Soldados.

Outro ponto importante trata da relação deste com o meio civil. Primeiro vemos a diferenciação entre “meio militar” e “meio civil” na qual este apresenta uma situação de normalidade e igualdade entre as cidades que serviu, pois a forma de organização delas tem a mesma base. O que difere é justamente o âmbito civil, devido as particularidades da cidade na qual o quartel se encontra, como uma cidade central, capital, local de fronteira e outras localidades existentes.

Ressaltasse que no âmbito das Forças Armadas ocorre com frequência a transferência de cargos e, por conseguinte dos domicílios do militar de esfera nacional, sendo comum a mudança para outros estados da nação como percebemos nas palavras do So Cruz Soares. Nessa situação a diferença de realidade é mais bem percebida pela esposa como pressupõe o oficial da Aeronáutica a respeito da relação militar-civil sentido pela esposa, uma vez que ela é uma civil no meio militar, porém a mesma é entendida como “normal” na qual afirma que era

“Normal! Ela segue a rotina dela de dona da casa, por que no meu caso ela não trabalhava e tinha vida normal. Ela cuida dos afazeres dela, cuida dos filhos quando tem, e se dá com os vizinhos por que a gente morava no bloco nacional e tem as esposas

dos outros, dos militares, a convivência ali! Círculo de amizade normal, que nem é aí fora que o cara mora num local, faz amizade com o vizinho da direita, com o vizinho da esquerda, com o vizinho da frente. É uma vida normal.” (Entrevista de Sub-Oficial Cruz Soares. Belém-PA, quarta-feira, 09 de Setembro de 2009)

Esta normalidade, o uso do termo “normal” segundo Jovanka Baracuhy C. Scocuglia expressa a aceitação de ações que sejam aceitas pelo padrão comportamental e moral vigente. Em outros termos, aquilo que não difere e causa estranhamento aos membros daquela comunidade; surge com a aceção de uma conduta tida como “moralmente correto ou, pelo menos, esperado e habitual”. (SCOCUGLIA, 2000, p. 65).

Como afirma Piero Leiner, muitos do conhecimento deste universo apresenta-se de modo limitado, uma vez que “(...) pouco expressa suas vozes, imagens e experiências (...)” (LEIRNER, 1997, p. 09) sendo possível sua apreensão quando mergulha-se neste universo e assim a obtém-se a compreensão destas particularidades que de outra forma seriam difíceis de serem percebidas. Fica claro isto onde o Capitão da Polícia Militar Ronaldo Chalet diz que

“É importante mesmo você observar esse cotidiano Policial Militar e pra você ter uma idéia o Soldado PM tinha que ter 10 anos na corporação para poder casar e usar bigodes.

Já os Sargentos tinha mais prerrogativas e os Oficiais ampliavam ainda mais sua esfera de ação” (Capitão Ronaldo Chalet. Belém-PA, 07 de fevereiro de 2010).

O militar embora esteja na execução de sua função, o mesmo não se mantinha alheio à situação daqueles que estavam sob sua responsabilidade. No relato do escritor João de Jesus Paes Loureiro, quando militante do Movimento Estudantil em Belém e um dos líderes da UAP – União Acadêmica Paraense em 1964 temos as ações de Vicente Cecim como militar evidenciando determinados aspectos que fogem ao relato oficial das atividades de um militar em exercício, mostrando as diversas ações que co-existiam na execução da atividade marcial.

“O escritor Vicente Cecim, que na época prestava serviço militar, quando estava de plantão, levava e trazia bilhetes e recados ou mesmo encomendas e pedidos para a família dos outros pesos e para Violeta [noiva de João de Jesus Paes Loureiro]. Ele se encostava na cela, de fuzil em punho, e nós colocávamos, disfarçadamente, no bolso da farda, bilhetes que ele levava e, da mesma forma trazia-nos as respostas. Foi a corajosa e inesquecível solidariedade naquela hora de crucificações e sonhos ruídos.” (NUNES, 2004, p. 262)

Experiências, Sentimentos e Famílias.

Ao deparar-se com o período recente do Regime Militar, muito dos sujeitos participantes estão vivos, o que apresenta a possibilidade de uso da história oral, embora saibamos que grande parte da população tenha um registro sobre este período, o que não a torna diretamente uma fonte, mas constitui-se como tal à medida que entrevemos uma questão na qual um determinado grupo passa dar as informações que venham a contribuir com as que já temos, ou dispor de outras que não seriam obtidas por outros meios, em trabalho anterior contamos com onze pessoas, as quais as idades dos mesmos variaram entre 46 a 83 anos, sendo predominantemente entre 63 a 67 anos.

Tinham em média 15 a 25 anos no período estudado, a qual muitos eram trabalhadores, sendo que as mulheres destinavam-se a trabalhos domésticos, seja como dona de casa ou empregadas domésticas, costureiras, trabalhadoras na Indústria como a Fábrica de Castanha, juntamente com os homens, segundo Roberto Santos e Olmira Oliveira Lima.<sup>5</sup> Quanto aos homens, dois destes estavam nas Forças Armadas (Aeronáutica e Exército) um como funcionário civil e outro como soldado;<sup>6</sup> os mais novos eram estudantes e/ou auxiliavam seus pais em tarefas da casa ou como “ajudantes”.<sup>7</sup> Estes sujeitos concederam as entrevistas em suas casas, na qual todos permitiram a veiculação de suas entrevistas citando seus nomes diretamente, a exceção de um, o ex-soldado do Exército.

As entrevistas tiveram a duração, em média de 25 minutos, as quais propiciaram um entendimento do contexto da cidade de Belém, quanto ao que possuía ou não, como transporte, educação (suas condições e limitações), relações entre vizinhos e na própria família, seja como filho, esposo(a), mãe, pai, etc. Tais entrevistados são oriundos de localidades do interior como Bragança,<sup>8</sup> Marajó,<sup>9</sup> ou de outro estado como o Maranhão;<sup>10</sup>

---

<sup>5</sup> Entrevista de Roberto da Silva Santos. Professor da rede municipal de ensino; 54 anos. Belém, quarta-feira, 04 de Julho de 2.007. & Olmira Santos Lima. Aposentada, 68 anos. Belém, segunda-feira, 02 de Julho de 2.007. Ele comentara sobre as mulheres que se dirigiam para a fábrica enquanto que Olmira Lima relatou que fora um das trabalhadoras da dita fábrica.

<sup>6</sup> Entrevista, respectivamente de Onofre Oliveira Lima. Aposentado, 67 anos. Belém, segunda-feira, 02 de Julho de 2.007 e C.Q.C. (preferiu não ter o nome divulgado). Aposentado. Belém, terça-feira, 03 de Julho de 2.007.

<sup>7</sup> Conforme explicação de Roberto Santos, as tarefas que eles realizavam eram vender objetos pelas ruas, picolés, e outros sendo, segundo o mesmo, os “ambulantes de hoje em dia”.

<sup>8</sup> Entrevista de Cenira Nogueira de Oliveira. Trabalhadora doméstica, 63 anos. Belém, quinta-feira, 05 de Julho de 2.007.

<sup>9</sup> Entrevistas de Maria Madalena Pinheiro dos Santos, trabalhadora doméstica, 68 anos. Nascida em 28 de Julho de 1.939, Belém, quinta-feira, 05 de Julho de 2.007. & Douglas Raimundo Lemos. Administrador de sítio no Marajó. 46 anos. Belém, quinta-feira, 05 de Julho de 2.007.

enquanto que os demais nasceram nesta cidade,<sup>11</sup> ao passo que concebemos que o Regime Militar tem uma realidade amazônica peculiar na qual observamos uma reordenação territorial, aumento significativo da população residente que narram várias perspectivas de vivência nesta localidade em suas diversas esferas, e outras implicações sociais, político e econômicas.(PETIT, 2003, p. 23).

A vivência, o entendimento e a experiência do dia-a-dia, como elementos constituintes assumem (e passam a serem observadas na historiografia) uma maior influência na vida destas pessoas, onde parte significativa dos entrevistados afirmou que não houve mudanças diretas com o Regime Militar, porém corroboraram na questão da ocorrência de rupturas, essas sendo significativas no decorrer dos anos do Regime Militar, a partir das décadas de 1970-1980, embora consideremos os anos de vigência do Regime Militar (1.964-1.985), os depoimentos sempre se remeteram nestes 40 anos transcorridos.

A rememoração do termo “revolução” apresenta questões interessantes à medida que elas propiciavam duas discussões: 1) questionamento do termo da revolução; 2) crítica às ações da revolução. C.Q.C ao relatar o período militar afirma, quando questionado sobre o ano de 1.964, que “*Há!! O ano da revolução! Mas para mim não foi revolução. Foi uma tomada de governo. A revolução não existiu. (...)*”.<sup>12</sup> Essa forma de avaliação da inexistência de uma revolução está imbuída na compreensão da palavra *Revolução*, onde seja pelo senso comum, ou fruto de um debate e pesquisa científica, centra-se como uma experiência de novo começo, com o sentido de ruptura do passado, sendo um evento inaugural, uma situação histórica inédita, ao invés da “simples” tomada de poder que apresenta-se somente com a mudança daqueles que estavam na direção do Governo, onde as formas de pensar e agir na situação presente (vigência do Regime) continuam, na qual o então Governador do Estado do Pará em 1.964 faz a seguinte pergunta: “(...) teriam mudado as coisas, algumas rápidas e outras mais lentamente, ou apenas mudaram os maestros, continuando a mesma orquestra?(...)”.<sup>13</sup>

---

<sup>10</sup> Entrevistas de Ester Alves Oliveira. Aposentada, costureira, 83 anos. Belém, quinta-feira, 05 de Julho de 2.007. Nascida em 18 de Julho de 1.924. & Helena Holanda Ramos, aposentada e pensionista; costureira; 79 anos. Belém, quinta-feira, 05 de Julho de 2.007.

<sup>11</sup> Entrevista de C.Q.C. Belém, terça-feira, 03 de Julho de 2.007; Celeste Carrera Cruz, dona de casa, 68 anos. Belém, quinta-feira, 05 de Julho de 2.007. Olmira Santos Lima; Onofre Oliveira Lima; e Roberto da Silva Santos.

<sup>12</sup> Entrevista de C.Q.C. Belém, terça-feira, 03 de Julho de 2.007.

<sup>13</sup> Jarbas Passarinho. Relatório de avaliação do primeiro ano do novo governo. In: *Jornal do Dia*. Belém, segunda-feira, 21/12/1.964, p. 06.

Outro conceito que se discute e valoriza é o da “experiência” no campo histórico. Esta categoria também ganhou um destaque enorme a partir de 1.970, onde “*na história, mundo da vida pode representar experiência humana. (...)*”.(DIEHL, 2004, p. 335). Tal assertiva ressalta que a experiência é uma ação pessoal, enquanto que observação científica é natural e objetiva, portanto distintas. Astor Antônio Diehl atenta para este conceito, ou melhor, os conceitos, onde um afirma que

“como experiência compreendem-se situações vividas e representadas no mundo que nos rodeia, no qual nós fazemos dos outros a base quase natural das nossas expectativas, entendendo que cada indivíduo partilha e se assegura nesse movimento. (...) A experiência, entretanto, não é única realidade a qual vive o indivíduo. Ele também poderá, com o passar do tempo, aproximar-se de realidades como a religião, a ciência, a arte, o sonho, etc. (...)”.(Idem, Ibidem)

Outra definição afirma que a experiência “*(...) é o espaço de compreensão das normas sociais, da convivência coletiva e da formação de identificações e identidades (...) é o espaço da prática política.*”.(Idem, p. 335-336). Essas construções perpassam pela subjetividade o que não implica na falta de critérios ou ausência de um corpo analítico-crítico formado. Entender que as narrativas historiográficas ou qualquer outro tipo carregam características de seu narrador é um ponto crucial para a compreensão das afirmações que serão expostas, as quais são resultantes da mudança dos temas centrais do historiador e de sua postura ao conceber a História manifestadas no conteúdo, objetivo, método e estilo de escrevê-la, ao passo que historiadores têm focos diferentes: generalizantes ou restrito a um pequeno universo que é próprio da ampliação do campo da história.

Nisto João de Jesus Paes Loureiro afere sobre a relações estabelecidas entre seus familiares no regime, na qual

“Familiares e amigos dos ditos subversivos, muitas vezes foram também perseguidos. Em conseqüência, era comum perceber-se algum conhecido atravessando discretamente a rua para não ser visto a nos cumprimentar. Violeta já casada comigo, teve seu estágio cancelado na SUDAM e dificuldades impostas a seu trabalho técnico; mais tarde no IDESP, onde fora aprovada por concurso. Terezinha, minha irmã, foi preterida na direção do Grupo Escolar em Abaetetuba [cidade paraense] e sofreu discriminações administrativas pelo fato de ser irmã de um ‘subversivo’”. (NUNES, 2004, p. 264).

Já para os familiares esta relação entre o meio civil e o militar exercia-se cotidianamente, pois geralmente o pai ainda mantinha suas prerrogativas dentro de casa, o que não quer dizer que fosse um “ditador” em sua casa. Apenas certas atitudes eram repassadas ou retransmitidas no âmbito familiar.

#### Entrevistas.

- Militares.

- So (Designação da Aeronáutica que indica Sub-Oficial) Fernando José da Cruz Soares. Oficial da Aeronáutica. Tesouraria do I COMAR (Primeiro Comando da Aeronáutica).

- Capitão da PM Rogério Braga Chalet.

- Civis.

- Celeste Carrera Cruz. Dona de casa, 68 anos.

- Cenira Nogueira de Oliveira. Trabalhadora doméstica, 63 anos.

- C. Q. C. Aposentado. (optou por não ter seu nome divulgado).

- Douglas Raimundo Lemos. Administrador de sítio no Marajó, 46 anos.

- Ester Alves Oliveira. Aposentada, costureira, 83 anos. Nascida em 18/07/1.924.

- Helena Holanda Ramos. Aposentada e pensionista; costureira, 79 anos.

- Maria Madalena Pinheiro dos Santos. Trabalhadora doméstica, 68 anos. Nascida em 28/06/1.939.

- Maurícia Torres. Dona de casa; costureira; realiza trabalhos religiosos, 63 anos.

- Olmira Santos Lima. Aposentada, 68 anos.

- Onofre Oliveira Lima. Aposentado, 67 anos.

- Roberto da Silva Santos. Professor da Rede Municipal de Ensino, 54 anos.

#### BIBLIOGRAFIA.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. WEIS, Luiz. “Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao Regime Militar”. In: NOVAIS, Fernando A. (Coordenador Geral); SCHWARCZ, Lília Moritz. (Organizadora do Volume). *História da Vida Privada no Brasil: contrastes de intimidade contemporânea*. 4ª Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2.006.

AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes. (Organizadoras). *Usos & Abusos da História Oral*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1.998.

ARAÚJO, Rafael Gomes. 1970: A Copa do “Pra Frente Brasil” na Imprensa Paraense. Belém, 2.002. (Monografia de Graduação em História).

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA ORAL. História Oral. Rio de Janeiro: ANHO. Número 02. Junho de 1.999.

ÀRIES, Philippe. História Social da Criança e da Família. 2ª Edição. Rio de Janeiro: LTC, 2.006.

BARROS, Edgar Luiz de. Os Governos Militares. São Paulo: Contexto, 1.991. (Repensando a História).

CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano: I. Artes de Fazer. 14ª Edição. Petrópolis – Rio de Janeiro: Vozes, 2.008.

DIEHL, Astor Antônio. “Considerações Finais: Limites e Possibilidades da ‘nova’ cultura historiográfica”. In: A Cultura Historiográfica Brasileira nos anos de 1980: Experiências e Horizontes. 2ª Edição. Passo Fundo, UPE, 2.004, p. 319-351.

DONZELOT, Jacques. Polícia de Família. 2ª Edição. Rio e Janeiro, 1.986.

GASPARI, Élio. A Ditadura Envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2.002.

\_\_\_\_\_. A Ditadura Escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, 2.003.

\_\_\_\_\_. A Ditadura Encurralada. São Paulo: Companhia das Letras, 2.003.

\_\_\_\_\_. A Ditadura Derrotada. São Paulo: Companhia das Letras, 2.004.

HELLER, Agnes. O Cotidiano e a História. 8ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2.008.

HOBBSWYN, Eric. “O ressurgimento da narrativa: alguns comentários”. In: Revista de História. Campinas: UNICAMP. Volume 02, Número 03, setembro, 1.991, p. 39-46.

MENDONÇA, Sônia Regina de. & FONTES, Virgínia Maria. História do Brasil Recente: 1964-1992. 4ª Edição. São Paulo: Editora Ática, 1.996. (Coleção Princípios).

NUNES, André Costa. Et Ali. Relatos Subversivos: os estudantes e o Golpe Militar no Pará. Belém: Editora dos Autores, 2.004.

PETIT, Pere. A Esperança Equilibrista: A Trajetória do PT no Pará. São Paulo: Boitempo; Belém: NAEA, 1.996.

\_\_\_\_\_. *Chão de Promessas: Elites Políticas e Transformações Econômicas no Estado do Pará pós-1964.* Belém: Paka-Tatu, 2.003.

REIS, Daniel Aarão. RIDENTI, Marcelo. & MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Organizadores). *O Golpe e a Ditadura Militar: Quarenta Anos Depois (1964-2004).* Bauru, São Paulo: EDUSC, 2.004.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy C. *Cidade, Habitus e Cotidiano Familiar.* João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2.000.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo: 1930-1964.* Apresentação de Francisco de Assis Barbosa. Tradução Coordenada por Ismênia Tunes Dantas. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1.996.

\_\_\_\_\_. *Brasil: Castelo a Tancredo: 1964-1985.* 8ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2.004.

\_\_\_\_\_. *Uma História do Brasil.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2.003.